

EXCLUSÃO SOCIAL, DESAFILIAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL NO ESTUDO DE REDES SOCIAIS DE FAMILIAS POBRES SOTEROPOLITANAS

Maria Gabriela Hita¹ y Luciana Duccini²

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta resultados parciais da investigação etnográfica “Pobreza, Redes Sociais e Mecanismos de Exclusão / Inclusão Social” financiada pela Fapesb,³ realizada no Bairro da Paz, na cidade de Salvador, Bahia, como subprojeto de um consórcio nacional de pesquisa com estudos sobre sete metrópoles brasileiras, coordenado pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e Instituto Econômico de Pesquisa, com financiamento da Finep (IPEA) e que prevê estudos quantitativos associados aos etnográficos e longitudinais, em três destas capitais,⁴ a serem realizados ao longo de dez anos, de 2005 a 2015. Esta investigação faz parte do nível qualitativo do estudo que

-
- ¹ Professora do Departamento de Sociologia e da Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Bahia (UFBA) (Brasil). Investigadora do ECSAS (Núcleo de Estudos em Ciências Sociais, Ambiente e Saúde) e consultora do CEBRAP.
 - ² Investigadora do ECSAS-UFBA (Brasil) e consultora do CEBRAP. Atual bolsista FAPESB de Pós Doutorado 1 pelo Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal de Bahia (UFBA) (Brasil).
 - ³ O Dr. Ronaldo Almeida coordena a equipe de estudos etnográficos em 3 capitais brasileiras no CEBRAP. E a Dra. Maria Gabriela Hita a equipe etnográfica da cidade de Salvador, nesta pesquisa.
 - ⁴ Trata-se da investigação “Desenvolvimento regional e desigualdades sócio-produtivas: tendências recentes, redefinições conceituais e desdobramentos em termos de políticas públicas”, coordenada pelo Dr. Álvaro Comin.

pretende, por meio de uma abordagem etnográfica e comparativa entre distintos contextos de pobreza urbana (nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador), analisar as distintas formas de integração e exclusão social produzidas por redes de relações primárias e associações que se cruzam e retro-alimentam nestes diversos contextos de produção da pobreza urbana. Em especial, o estudo enfatiza as relações familiares e religiosas.⁵

Partimos do suposto de que está em curso no Brasil, em sintonia com outros contextos mundiais, a formação de um novo tipo de “pobreza” com características sócio-econômicas como o aumento do consumo e da oferta de serviços estatais, proporcionando à população em geral um maior acesso à saúde, educação, habitação, saneamento básico, etc —embora seja possível questionar, como faz Lavinas (2006) se estas melhorias significam, de fato, alguma redução da desigualdade de acesso a bens e serviços tidos como “universais”, na sociedade brasileira. Se, por um lado isto resultou em melhorias perceptíveis e graduais nas condições de vida urbana, por outro lado, está associado a outras características que se contrapõem as primeiras, como o crescimento do desemprego, da violência e do próprio contingente de pobreza nos centros urbanos (Kowarick, 2002; Ferreira, 2000; Duhau, 2005; Leite, 2006). Neste artigo, não discutimos a trajetória do conceito de “nova pobreza”, mas nos interessa apontar que não basta remetê-lo a indicadores sócio-econômicos, pois se estes mudaram, a vida nas grandes cidades, como um todo, também passou por transformações. Para manter a coerência com nosso recorte analítico, é preciso chamar atenção para os contextos históricos locais de formação e transformação das condições de pobreza.

Também partimos da hipótese básica de que, apesar dos riscos de vulnerabilidade em que se encontram pessoas em situação de pobreza, existem vários circuitos de reciprocidade e sociabilidade que operam a favor de uma maior integração, diversos tipos de vínculos sociais que são condicionados por essa mesma pobreza. Para além dos benefícios que elas criam, em geral, operam

⁵ Os vínculos familiares são um lugar privilegiado para a observação e estudo da reprodução social, pois operam como uma importante rede geradora de integração social. Este eixo analítico está sendo compreendido, estrategicamente, como uma forma discreta de cruzamento de um conjunto de dimensões (políticas públicas, mercado de trabalho e outras relações sociais) equacionadas na análise das trajetórias familiares. Vários estudos apontam que a religião é outro eixo importante na constituição de redes de sociabilidade em comunidades carentes (Burdick, 1998; Machado, 2001; Rabelo *et ál.*, 2002; Lavallo e Castello, 2004a). Além disso, sugerem que entre práticas associativas, a participação religiosa constitui um canal eficaz para atenuar riscos de exclusão social, em uma proporção de seis vezes mais do que a participação alcançada por outros tipos de associativismo —de modo muito especial entre grupos pentecostais (Lavallo e Castello, 2004a). Para maiores detalhes metodológicos da perspectiva adotada na pesquisa ver Hita (2004) e Cabral e Pedroso (2005).

também como importantes mecanismos pelos quais indivíduos têm acesso ao mercado de trabalho e recursos de políticas públicas. Portanto, a proposta desta pesquisa é compreender a qualidade dos vínculos forjados nestas redes, identificando e qualificando o que circula por elas, quais são seus critérios de pertença, códigos de fidelidade e de confiança na reciprocidade, estratégias de inclusão/exclusão que estão em jogo entre seus membros e, de forma mais específica, quais são seus modos de atuação e captação/distribuição de recursos diversos, bem como os efeitos que produzem sobre a dinâmica das famílias que se ligam a elas.

Neste artigo, analisamos resultados parciais de três trajetórias familiares que estão sendo acompanhadas em Salvador, cidade localizada na Bahia, na região Nordeste do Brasil, uma das mais pobres do país. A primeira parte deste *paper* procura articular e discutir conceitos como os de exclusão, desafiliação e inclusão social para, posteriormente, inseri-los na análise etnográfica de trajetórias familiares no Bairro da Paz, analisadas a partir das diversas formas de inserção no mercado de trabalho, trajetórias de migração, quantidade e qualidade de vínculos associativos, religiosos, familiares e de vizinhança que estão presentes em cada uma, do acesso diferenciado que têm a benefícios estatais e a uma determinada *estrutura de oportunidades*.⁶

No Brasil, se avançou bastante na geração de metodologias quantitativas de investigação e utilização de bases de dados, sobretudo, no desenvolvimento de mecanismos de mensuração de situações de pobreza, miserabilidade e vulnerabilidade. Entretanto, o mesmo não se observa para a caracterização dos modos específicos pelos quais as situações de desigualdade se articulam com diferentes contextos de desenvolvimento econômico e social. Se, por um lado, os dados quantitativos são decisivamente necessários para desenhar panoramas comparativos entre diferentes regiões nacionais, por outro, sua relativa homogeneidade oculta o fato de que os processos que conduzem à desigualdade (e, portanto, os mecanismos que podem ser empregados para revertê-la) são de natureza muito distintas.

Vários estudos têm demonstrado que as situações de privação são extremamente heterogêneas dentro de um mesmo espaço urbano e, portanto, que as formas de enfrentá-la demandam também políticas e iniciativas específicas.

⁶ “El término ‘estructura’ refiere al hecho que las rutas de bien estar están estrechamente vinculadas entre sí, de modo que el acceso a determinados bienes, servicios, o actividades propician recursos que facilitan, por su vez, el acceso a otras oportunidades” (Katzman e Filgueira, 1999: 9). A “estrutura de oportunidades” se refere, portanto, à articulação entre os laços comunitários, os do Estado e os do mercado de trabalho. Ela se configura na interação dessas três dimensões, na medida em que possibilita um maior acesso a recursos, bens, serviços, etc., que operam a favor da atenuação da vulnerabilidade social.

Por isso, a compreensão dos mecanismos de exclusão/inclusão social não pode prescindir de uma dimensão micro-sociológica na análise de seus fundamentos. Entender as formas da organização micro-espacial da pobreza, os diversos graus de exposição à vulnerabilidade de certas famílias, suas diversas estratégias de sobrevivência, assim como as formas pelas quais políticas públicas atuais têm operado sobre estes aspectos são tarefas prioritárias quando se trata de construir estratégias para o enfrentamento de novos tipos de pobreza (CEBRAP, 2004; Almeida, 2006).

EXCLUSÃO SOCIAL/ DESAFILIAÇÃO X REDES DE SOCIABILIDADE/ INCLUSÃO SOCIAL

A pobreza, como processo multidimensional que é, exige para sua compreensão perspectivas de análise mais complexas do que as tradicionais medições por variáveis associadas apenas à qualidade da habitação, acesso à educação ou renda. Pesquisas contemporâneas sobre o tema demonstram um maior esforço tanto na incorporação de metodologias desenvolvidas para outros campos de investigação, quanto na reflexão sobre termos e conceitos mais sensíveis para tratar de temas relevantes ao estudo da pobreza em contextos urbanos atuais.

Um termo bastante utilizado, hoje em dia, por pesquisadores é “Exclusão social”. Como argumentam Ivo e Scherer-Warren (2004), embora afins, “Exclusão” e “pobreza” são noções que vêm de distintas matrizes teóricas: enquanto pobreza

[...] se refere a um estado, ou posição relativa de um grupo de pessoas ou famílias, a partir de uma categorização socioeconômica, a exclusão expressa um processo social, econômico ou cultural pelo qual um indivíduo é progressivamente desprovido das condições de participação e reconhecimento social numa dada sociedade, ficando relativamente privado de várias esferas da vida coletiva, como trabalho, integração familiar, participação cívica, lazer, etc.

Kowarick (2002) distingue diferentes âmbitos de vulnerabilidade e “exclusão social”,⁷ como a política —quando não se tem um sistema democrático que garanta os direitos políticos— ou a econômica —quando os direitos políticos não são acompanhados por direitos civis, proteção social e laboral. Situações de

⁷ Quando utilizamos o termo “Exclusão” com maiúscula, nos referimos ao seu uso generalizado na literatura sociológica para indicar a dimensão estrutural em situações de pobreza. Quando o termo “exclusão” vem em minúscula remetemos à variação que é introduzida por Castel na análise de diferentes processos e graus de inclusão/exclusão, sintetizados no conceito de desafiliação (Castel, 1997; Kowarick, 2002).

exclusão/ inclusão social apontam para dimensões de desigualdade e carência bastante variadas, fruto de heranças e processos cujas combinações resultam de fenômenos que devem ser tratados em suas especificidades. Desigualdade e exclusão estão associadas a fatores étnicos (não apenas os negros ou indígenas, mas também todo “migrante”), de sociabilidade primária (estruturas familiares vulneráveis, como aquelas chefiadas por mulheres ou jovens), espaciais (nas periferias, subúrbios, invasões, favelas, bairros populares), etc. Ao mesmo tempo, são fruto de privações distintas: de emprego, habitação, saúde, educação, acesso à terra, etc. Leite (2006) destaca ainda as nuances do que se nomeia “violência”, o estigma atribuído às favelas e suas implicações para o cotidiano dos moradores, além das peculiaridades do processo histórico brasileiro, na configuração de diferentes condições de vulnerabilidade. Os termos inclusão/ exclusão são, na realidade, dois parâmetros de um mesmo fenômeno e não se pode interpretá-los como condições absolutas, são dimensões relativas e relacionais. Exclusão/ inclusão são, portanto, dimensões que apresentam graus diferentes e tipologias que variam de acordo com o referencial analítico que se elege, como o político, econômico ou social. Por isso, é necessário examinar a inserção dos atores em seus múltiplos contextos —histórico, econômico, racial, geracional, de classe, educativo— nos quais ocorrem os diversos tipos e graus de exclusão e inclusão.

Castel (1997) e também Kowarick (2002), por sua vez, criticam a idéia de Exclusão, que percebem como um conceito frágil para tratar do problema da pobreza em suas dimensões mais essenciais por englobar de modo indistinto uma variedade muito ampla de situações de miserabilidade, segundo a idéia de um estado de privação (sempre relativo a um dado padrão de riqueza). Por acentuar a conexão de sentido que se estabelece entre uma situação presente, na qual se está, e uma situação de origem, da qual se veio, a noção de *desafiliação*, proposta por Castel, ofereceria uma forma mais proveitosa de tratar as diferentes situações de vulnerabilidade vividas e enfrentadas pelos sujeitos, articulando aspectos diacrônicos e sincrônicos de variadas situações de exclusão pelas quais os sujeitos podem passar. Esta noção, tal como explorada por Castel (1997), representa justamente um esforço analítico para abordar a questão da pobreza sob o ângulo das dinâmicas societárias e seus impactos no que toca ao desencadeamento, potenciação, modulação ou reversão das tendências de exclusão.

É profícuo o debate contemporâneo sobre a “nova questão social”, mais especificamente no que diz respeito ao papel das dinâmicas societárias como fator atenuante ou agravante das tendências de exclusão/ inclusão oriundas do mercado de trabalho. Nesta direção, o conceito de “redes sociais” re-atualiza hoje, desde enfoques inovadores e criativos, velhas questões do campo dos movimentos sociais, oferecendo novas luzes para os estudos sobre a pobreza.

Trata-se de conceito que coloca como chave explicativa do comportamento não os atributos das pessoas (etnia, gênero, status social), mas as características das ligações entre elas (Mitchell, 1969). Permite à análise abarcar tanto a dimensão mais fixa e “dura” das estruturas normativas, quanto a fluidez dos eventos interativos, contribuindo assim para superar a lacuna conceitual entre micro e macro-sociologia. Situando-se numa região intermediária, pode fazer a mediação entre esses dois campos, permitindo uma compreensão mais aprofundada e complexa do comportamento humano.

A re-introdução da noção de rede na sociologia, no quadro do debate sobre exclusão/ inclusão social, emerge como um novo e poderoso trunfo no avanço da discussão sobre as mobilizações a favor da cidadania em sociedades nacionais e mundializadas, que incorporam fluxos permanentes de informações diversas —e até muitas vezes contraditórias— provindas de um processo cultural que extrapola as memórias nacionais. Antes que estruturas fixas, os movimentos contemporâneos emergem como redes complexas (Melucci, 1994, Gohn, 2000; Martins, 2004), que se encontram e articulam em diferentes pontos (“nós de redes”), formando verdadeiras redes de redes ou “relês” (Fontes, 2004). Assim cada ator social tende a se inscrever em diferentes círculos de troca, em um movimento contínuo, em que redes de mediação tanto geram novas redes, como renovam antigas (Santos, 2006). Este conceito de redes também permite superar a polarização entre local/global, na medida em que extrapola as fronteiras físicas da localidade. Do ponto de vista etnográfico, a observação *in loco* de redes de sociabilidades pode revelar, na experiência de pessoas pobres, estruturas mais gerais de funcionamento de uma metrópole em desenvolvimento.

Ao se observar a articulação dos diversos vínculos (em sua extensão, qualidade e densidade) mobilizados em cada universo empírico pode-se ter uma percepção de uma série de processos comuns e compartilhados por distintos contextos mundializados, mas sem que com isso se percam as especificidades das experiências locais sociais e históricas dos grupos estudados. Dessa forma, Leite (2006) mostra como as noções locais de “comunidade”, “morro” ou “favela” são empregadas alternativamente para fazer referência à densidade de relações sociais das quais participam seus informantes ou, ao contrário, à ruptura dessas redes. Em nosso estudo da vida cotidiana de pessoas, famílias e redes do Bairro da Paz (doravante BP) não trata estes casos descritos como meros exemplos ilustrativos de processos globais. Mais que isso, as trajetórias que aqui descrevemos são expressão de uma experiência de classe, cultura e história específica de cada contexto social. Programas de enfrentamento a este tipo de desigualdades sociais locais exigem, igualmente, políticas específicas para seu enfrentamento (Almeida, 2006).

Assim a abordagem de redes permite às pesquisas como a nossa darem conta das instâncias intermediárias entre os indivíduos e o Estado e, portanto, dos processos e estratégias locais de mobilização e redistribuição de recursos e de formas de auxílio encontradas em comunidades carentes. Através das redes sociais atuantes em bairros pobres —como as de parentesco, vizinhança, associações religiosas, de moradores, ONGs, etc.— circulam tanto benefícios materiais (acesso a mercado de trabalho, benefícios de assistência pública, informações, contatos) quanto afetivos (apoio emocional, matrimônios, amizades). Baseadas em relações face-a face, organizadas em obrigações recíprocas e princípios de autoridade e operando através de circuitos alheios ou paralelos ao mercado e ao Estado, estas redes podem contribuir para fomentar a integração econômica dos seus membros e atenuar condições de vulnerabilidade (Almeida e D’Andrea, 2004).

A CIDADE DE SALVADOR E SEUS ABISMOS SOCIAIS

Para fazermos um estudo das redes sociais de famílias pobres no Bairro da Paz, é preciso antes considerar a especificidade do contexto histórico e social em que este bairro se insere, na cidade de Salvador. Herdeira de um passado colonial escravocrata, Salvador conheceu uma incipiente e precoce industrialização por volta da década de 1930. Seguiu-se um período de estagnação econômica que durou até meados da década de 1960, quando políticas públicas de desconcentração industrial trouxeram uma nova fase de industrialização, mais dinâmica, sustentada por incentivos governamentais. Nesta mesma época a cidade, como outras do Brasil e de outros países, foi alvo de constantes migrações internas e palco de movimentos sociais que agitavam a metrópole por direitos de cidadania, principalmente os de moradia. Estes movimentos —muitas vezes ligados às Comunidades Eclesiais de Base, CEB’s da Igreja Católica— foram bastante atuantes e visíveis até meados da década de 1980, quando uma onda recessiva começou a varrer o país de sul à norte, atingindo a Região Metropolitana de Salvador mais intensamente após os últimos anos de 80 (Guimarães, Agier e Castro, 1995; Gordilho, 2000; Teixeira, 2001)

Com uma população de cerca de 2,7 milhões de habitantes,⁸ Salvador é hoje uma das grandes capitais do Brasil, uma metrópole nordestina em um país da América Latina. A cidade possui 59,6% da sua população, mais da metade, na faixa de renda de até 3 SM (e 70,9% até 5 SM —em indicadores de salários do chefe). Quanto às moradias, Salvador possui aproximadamente 700 mil unida-

⁸ Segundo a Estimativa População Residentes, 2004, em <www.ibge.gov.br/home/estatisticas/populacao>.

des habitacionais. Desse total, cerca de 60% delas estão localizadas em áreas de ocupação informal e desordenada. Além desse déficit qualitativo, a cidade acumula ainda um déficit quantitativo de 100 mil moradias.⁹

Em 2004, da população acima mencionada, 1.544 mil eram economicamente ativos, mas apenas 1.313 mil encontravam-se ocupados, sendo 555 mil com carteira assinada e 272 mil com outros contratos —como funcionários estatutários da administração pública, por exemplo. Isto significa que pouco mais da metade da população economicamente ativa se encontrava ocupada com garantias legais trabalhistas e o restante (717 mil) participava do mercado de trabalho informal ou em formas precarizadas de trabalho. No mês de julho de 2004, o rendimento médio nominal do trabalho principal efetivamente recebido pelas pessoas ocupadas com dez anos ou mais foi de R\$707,00, mas se o compararmos ao rendimento mediano, este valor caía para R\$348,60.¹⁰ Apenas para uma breve comparação, o rendimento médio familiar mensal no Nordeste, em 2003 foi menor do que a metade do Sudeste (R\$1.085,82 contra R\$2.204,71), sendo que o rendimento do trabalho foi de R\$645,39 contra R\$1.374,07¹¹ respectivamente.

Tais estatísticas nacionais ilustram o grande abismo existente entre as populações do Sul e Sudeste quando comparadas às do Norte e Nordeste brasileiro. Por exemplo, quanto à cor ou raça, os resultados do Censo Demográfico 2000 apontam para um aumento da auto-declaração dos negros e pardos no Brasil como um todo, o que pode estar indicando uma mudança nos padrões de identificação e auto-classificação do brasileiro. O maior percentual de brancos se concentrou em Santa Catarina (89,3%), ficando a Bahia com a maior enumeração das pessoas que se declararam negras e pardas (73,2%).¹² Esta diferenciação “racial” sobrepõe-se à regional já mencionada e ainda a outras,

⁹ O problema de habitação, diz Ângela Gordilho, atual secretária de habitação do município em entrevista à revista CREA de 2005, não é apenas de produção de unidades, mas, antes de tudo, um problema de teor social, que, para um combate mais eficaz, precisa estimular processos de co-gestão como o Plano de Bairro que estão implementando. O grande desafio de sua secretária, assumida desde janeiro de 2005, será implantar uma política de habitação de interesse social e consolidar uma ação pública contínua a ser implantada a longo prazo, mediante ações transversais envolvendo diferentes instâncias, dos poderes público —federal, estadual e municipal—, setor privado e a população. Hoje o que se propõe nas políticas públicas é re-qualificar os bairros populares através da implantação dos “Planos de Bairros” que podem ser identificados num cruzamento com Áreas de Especial Interesse Social (AEIS) que foram previstas para o seu plano diretor.

¹⁰ Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego, IBGE, em <www.sidra.ibge.gov.br/bda>.

¹¹ De acordo com a Pesquisa de Orçamento Familiar, 2003, IBGE, em <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2002>.

¹² Dados publicados no *Jornal A TARDE*, 21/12/2002.

como as de gênero. No que concerne especificamente às mulheres, no Brasil, as mulheres brancas ganham, em média, exatamente o dobro do que recebem as negras e pardas. Enquanto as brancas ganhavam, em 2002, R\$492, as negras e pardas recebiam R\$246. Outro dado importante é o referente à mortalidade infantil. A mortalidade infantil caiu de maneira generalizada em todos os Estados brasileiros e de forma mais acentuada no Nordeste. Mas, mesmo com esta forte queda, a região do Nordeste continua com níveis muito elevados de mortalidade infantil, quase o dobro dos percentuais encontrados no Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Em 2000, a taxa de mortalidade infantil na região Nordeste era de 44,73 por mil nascidos vivos, enquanto no Sudeste foi de 21,28, no Sul de 18,87 e no Centro-Oeste de 21,61.¹³

Em resumo, podemos dizer que a história de Salvador a coloca como um pólo de atração regional, porém, periférico com relação aos processos econômicos —e investimentos estatais— que tiveram mais lugar no sul e sudeste de um país que, ele mesmo, foi periférico no desenvolvimento global do capitalismo. Isto não basta para qualificar as especificidades da vulnerabilidade social em Salvador, mas deve ser mantido em mente para melhor compreensão dos lugares ocupados pelos atores e metrópoles deste estudo.

SEGREGAÇÃO URBANA EM SALVADOR

Marcada por importante passado histórico, a cidade de Salvador foi descrita na década de 30 pelo antropólogo Donald Pierson (1971) como “uma cidade medieval cercada de aldeias africanas”, o que já ilustrava a ocupação espontânea dos vales e encostas pelos pobres (a maioria negros), enquanto os grupos privilegiados (em sua maioria constituída de brancos) ocupavam as cumeadas do relevo urbano. A esse padrão de ocupação seletivo acrescentou-se, neste século, um movimento gradual de decadência de áreas nobres dando lugar a mudanças na imagem e composição de sua população. A expansão urbana passou também a ocupar áreas planas ao longo da orla marítima, mediante a abertura de novos assentamentos, clandestinos ou planejados, pela via de invasões e loteamentos.

A partir da década de 50 acontece em Salvador uma importante mudança e reativação econômica com a implantação da Petrobrás. A cidade passou a ser base de moradia de seus trabalhadores mais qualificados. Nas décadas seguintes esse processo se solidifica com o surgimento do Centro Industrial de Aratu (CIA) e, na década de 70, com o Pólo Petroquímico, representando uma

¹³ *Jornal A TARDE*, 21/12/2002. Para uma análise detalhada de tais distinções regionais, de gênero e de cor ver Castro (1998).

importante abertura no estancado mercado de trabalho de décadas anteriores, o que impulsionou, por sua vez, uma importante dinamização dos setores de serviços e comércio (Guimarães, Agier e Castro, 1995). Do ponto de vista urbanístico a cidade viveu um processo de modernização planejada com a abertura de novas vias de circulação através da construção de grandes avenidas de vale e a ampliação do sistema de transporte, propiciando uma valorização do solo urbano, que passaria a ser ocupado diferencialmente por novos atores emergentes. De um lado, levas de imigrantes do meio rural e seus descendentes, que, buscando no centro urbano novas oportunidades de trabalho e melhorias de vida, deram início à instalação de grupos pauperizados em áreas desocupadas da cidade, as chamadas “invasões” (Gordilho, 2000). Estas diversas ocupações ocorreram sem a devida infra-estrutura, através de arrendamento, pagamento de foro, aluguel ou simplesmente, e na maioria dos casos, pela tomada do espaço. Este foi o caso da invasão das Malvinas, hoje conhecida como Bairro da Paz,¹⁴ que é o contexto de estudo desta pesquisa. De outro lado, setores médios provindos de bairros decadentes da cidade, que passaram de áreas residenciais a zonas comerciais saturadas (hoje o centro histórico), ou classes em ascensão econômica, buscando áreas novas de urbanização planejada e ainda em processo de valorização imobiliária, procuraram investir na melhoria de seu padrão de vida, transferindo-se para áreas costeiras da cidade. Dessa maneira foram nascendo e se erguendo os bairros de classes médias e média alta da Pituba, Stiep, Piatã, Patamares, Itapuã, Vilas do Atlântico, etc. se expandindo cada vez mais pela costa norte da cidade (onde classes privilegiadas têm casas de veraneio) ao longo da, chamada hoje, “linha verde” ou “litoral norte” da Bahia, zona de grandes inversões hoteleiras e de turismo internacional.

Esse processo de modernização e consolidação de padrão urbano aconteceu por vezes sob o jugo de uma característica ação repressiva do Estado na defesa de interesses imobiliários, disciplinando e contendo o crescimento descontrolado de ocupações populares em certas regiões da cidade. O primeiro grande pico de crescimento ocupacional popular ocorreu entre 1950/68. Nos anos 70 a expansão de Salvador já havia se consolidado em torno de três grandes vetores bem diferenciados: 1) a orla norte, área valorizada, onde se concentram a riqueza, a área industrial e turística da Bahia, 2) o centro geográfico da cidade com conjuntos habitacionais de classes média, baixa e populares, 3) o subúrbio ferroviário e periferias com parcelas mais pobres da cidade.¹⁵ Depois disso, nos

¹⁴ É interessante observar, como aponta Teixeira (2001), a presença massiva de ONGs ligadas à Igreja católica na maior parte das lutas pelo acesso à moradia nos anos 80s e 90s.

¹⁵ Estudo sobre favelas no Rio de Janeiro identifica a seguinte periodização e fases das mesmas: “1) Anos 30, início do processo de favelização do Rio e reconhecimento da existência das mesmas pelo *Código de obras* de 1937; b) anos 40: primeira proposta de intervenção, com

anos 80, novas ocupações ocorreram, ainda que em áreas menores, forçando uma utilização mais intensiva do espaço e provocando maior deterioração das condições já precárias de habitação em muitos dos bairros populares existentes. Nos anos 90, inicia-se ao longo da linha verde a construção de importantes e luxuosos empreendimentos hoteleiros, solidificando a faceta voltada ao turismo como uma importante atividade econômica da cidade (Gordilho, 2000; Moreira de Carvalho *et ál.* 2004).

UM INSTANTÂNEO DO BAIRRO DA PAZ

Por volta de 1982 tiveram início as primeiras invasões conhecidas por “Malvinas”, onde é hoje o Bairro da Paz, palco das investigações aqui apresentadas. Numa área junto à Av. Paralela —que se tornaria um dos principais vetores de expansão imobiliária nas últimas décadas —vários barracos de lona, taipa, papelão e o que mais estivesse disponível, foram sendo levantados. Violentamente reprimidos pelo Estado, através da Polícia Militar e da LIMPURB —o serviço municipal de limpeza pública —os ocupantes várias vezes tiveram suas moradias improvisadas destruídas, somente para reerguê-las no dia seguinte. Em 1983 foram removidos à força para Alto de Coutos, no Subúrbio Ferroviário de Salvador, mas dois ou três anos depois já estavam de volta à área, ocupando-a novamente, com intensidade total. Com o apoio do Movimento de Defesa dos Favelados e da ala progressista da Igreja Católica, estes primeiros “invasores” continuaram enfrentando a violência policial até meados de 1987, quando Waldir Pires se elegeu governador e mudou o tom das relações para uma negociação. O resultado foi o reconhecimento da área como bairro e sua posterior renomeação para Bairro da Paz, num esforço de combater o estigma já então atribuído à área de ser uma das mais violentas da cidade.

É importante notar como esta história de enfrentamento do poder público e luta pela posse da terra marcou a identidade dos moradores locais, ao menos dos mais antigos e que participaram das invasões e derrubadas. Formou-se uma espécie de “ethos guerreiro” capaz de agregar o valor positivo da “luta” ao

a criação dos Parques Proletários; c) anos 50 até meados dos 60: período de expansão das favelas por ausência de uma proposta governamental voltada para elas; d) meados dos anos 60 a 70: período das remoções, coincidindo com o período do regime autoritário; e) anos 80: período de urbanização das favelas cariocas (Valladares, 2000: 26). Acreditamos que guardadas as devidas diferenças, esse estudo para o Rio aponta diretrizes gerais que espelham em boa medida o processo vivido por favelas ou assentamentos populares também em cidades como a de Salvador. Na Bahia um marco importante de re-urbanização ao interior de bairros populares teria se iniciado eficazmente a partir da década de 90, com a integração dos mesmos ao sistema planejado de esgotos da cidade (o projeto governamental Bahia Azul) iniciado na década de 90 na cidade e chegado a habitações populares apenas no final dessa década.

estigma da “violência” que marcava o local. História que se encontra impressa nos próprios nomes de suas ruas e praças: Rua da Resistência (a principal e de entrada ao bairro), Praça das Decisões (área principal e central no bairro), Ruas e travessas Da Paz, Da Felicidade, etc, no que parece ter sido uma estratégia generalizada de setores da Igreja Católica que assessoravam movimentos populares por moradia. No início da década de 1990, os habitantes começaram a conseguir alguma urbanização e melhorias para área, mas isto sempre esteve impulsionado pela pressão exercida por eles com o apoio de alguns grupos do terceiro setor. Lentamente, a imagem do bairro na mídia foi mudando e surgem as notícias que valorizam as conquistas de seus moradores. Ao mesmo tempo, as primeiras organizações internas se multiplicam —e passam a competir entre si— ganhando cada vez mais potencial para atrair parceiros e recursos. Hoje o Bairro da Paz ainda tem muito a ser feito, muitas áreas não estão urbanizadas e sequer contam com saneamento básico. Entretanto, há muitos equipamentos e organizações no local ao redor dos quais se configuram redes de relações capazes de operar sobre a vulnerabilidade em que se encontram os habitantes. Assim, o bairro conta com um posto de saúde, três escolas públicas, várias creches e centros de aprendizado e lazer, embora os equipamentos não sejam suficientes para atender de modo adequado a população que beira os 60 mil¹⁶ habitantes, numa área de cerca de 115 hectares.

OLHARES FENOMENOLÓGICOS E ESTRUTURALISTAS NO ESTUDO DAS FAMÍLIAS E SUAS REDES

O objetivo deste trabalho é compreender exatamente como a vulnerabilidade social é conformada de modos distintos a partir de trajetórias diferentes. Por isso é necessário analisar o cotidiano das pessoas acompanhadas, suas formas de viver, fazer e avaliar. Como julgam suas moradias? Como as obtiveram? Como se relacionam com seus vizinhos e com o bairro em geral? A quais redes sociais pertencem? Este tipo de questões orienta-nos a uma percepção de suas vidas como um processo no qual são atores e não meramente objeto de condições específicas. Ao mesmo tempo, permite-nos manter a análise aberta ao fato de que tratamos de processos e não de situações estanques e já dadas.

Foram selecionadas para acompanhamento famílias em distintas fases do ciclo vital e de diferentes composições. O que as famílias selecionadas têm em comum e em oposição é parte de um esforço para, através do contraste minucioso, encontrar “afastamentos diferenciais” em seus modos de vida que nos permitam fazer sentido de suas práticas e significações no contexto social mais

¹⁶ Segundo dados fornecidos pelo posto de saúde do Bairro da Paz em 2005.

amplo em que se inserem. Para que sua análise seja mais bem compreendida, porém, devemos atentar para seu cotidiano, uma vez que, como já havia argumentado Lefebvre desde os primórdios da antropologia urbana, é neste âmbito que se manifestam as reproduções e diferenciações da estrutura social:

Lefebvre parte de una concepción de lo urbano en la cual se encuentran estrechamente vinculados tres elementos: el espacio, la cotidianidad y la reproducción capitalista de las relaciones sociales. Por esto la problemática urbana, tal y como la plantea Lefebvre, está íntimamente relacionada con la vida cotidiana puesto que las relaciones capitalistas se reproducen todos los días por medio de la utilización cotidiana del espacio. (Lezama, 2002: 250)

Mesmo sem assumir uma postura estritamente marxista, não podemos ignorar a articulação apontada por Lefebvre entre o cotidiano, a produção do espaço urbano e as posições ocupadas pelos agentes em relações sociais que são, em grande medida, estruturadas por uma determinada forma de produção econômica. Produção que, em nosso caso específico, submete largas parcelas da população a um papel “marginal” ou, ao menos, “precário”. Tal como aponta Bourdieu (2001: 164) o espaço que sustenta a vida cotidiana nunca é “neutro”, ao contrário, constitui uma espécie de “topografia sócio-cultural” para a qual o perto e o distante (ou o “centro” e a “periferia”, como em Leite, 2006) correspondem a valorações e a percepções, muito mais do que a uma mera objetivação do espaço em termos de distâncias numericamente mensuráveis. Assim, temos que o Bairro da Paz, apesar de “próximo” de vizinhanças ricas, pode compor um bairro “de periferia” em termos das estruturas de oportunidades nele disponíveis. Por outro lado, não podemos imaginar que se trate de um espaço homogeneizado pelas relações com áreas mais privilegiadas da cidade. Dentro do próprio Bairro da Paz há áreas mais ou menos valorizadas, há áreas nas quais já chegaram mais recursos e/ou serviços, como saneamento e asfalto, enquanto que outras continuam carentes de serviços de urbanização. Além disso, há especificidades entre as diversas “áreas periféricas”. Como comentou um de nossos informantes, nascido no Nordeste de Amaralina,¹⁷ “*nem se compara, aqui é muito melhor do que lá*”.

¹⁷ Em termos de distância meramente quilométrica, o Nordeste de Amaralina é muito mais central do que o Bairro da Paz, uma vez que fica entre o Rio Vermelho, Amaralina e a Pituba, bairros mais antigos de classe média e bem consolidados, dispondo de toda uma rede de serviços, como bancos, mercados, praças, clínicas médicas, etc. No entanto, seu estigma de violento, ponto de tráfico e pobre é semelhante, se não pior, do que o do BP atual. Mas mais uma vez, tudo depende de quem fala, de onde fala e para quem.

Com isto queremos chamar a atenção para o fato de que, em nossa proposta de análise, não se deve isolar aspectos macro-sociológicos em detrimento dos “micro”, tampouco se pode tentar uma compreensão das “estruturas” —familiares, econômicas, de oportunidades, espaciais, etc.— sem que deixem lugar ao “fazer” dos atores. A compreensão de fenômenos tão complexos como urbanização em sociedades capitalistas (Ferreira, 2000; Maricato, 2000; Duhau, 2005; Torres-Ribeiro, 2005), os processos de vulnerabilidade de parcelas de sua população e as emaranhadas influências da economia global sobre as particularidades locais —e vice-versa— exigem abordagens que procurem integrar e não dissociar os âmbitos do viver humano (Carvalho, 2000; Teixeira, 2001) e que vêem no pobre um “sujeito potencialmente mobilizador” (Schteingart y Duhau, 1997, apud Ivo, 2005). Dessa maneira, o cotidiano das famílias passa a ser um ponto privilegiado de observação por ser considerado como um entrelaçado dos mais diversos condicionamentos, ao passo que se mantém aberto à constante inovação e tentativa de criação. As avaliações, percepções e sentimentos entram em jogo nessa delicada relação e expressam-se em como os atores consideram e se voltam para seu local de moradia, seus grupos familiares e, muito importante, as outras redes sociais nas quais podem se inserir —ou das quais querem ou acabam sendo excluídos.

Como já apontamos, um conceito de grande valor heurístico para análise do cotidiano dessas famílias e das especificidades das situações de vulnerabilidade em que se encontram é o de *redes*. Desde aqui, o foco da análise não recai sobre indivíduos atomizados, nem apenas sobre as famílias. O conceito de redes permite focalizar exatamente as relações entre pessoas e grupos nas quais valorações e percepções estão atuando. Nas redes os indivíduos encontram-se envolvidos com outros em ação, mas também em avaliações, julgamentos e, até mesmo, estigmas. Como bem apontou Santos (2006: 277):

Animadas por fluxos, que dominam seu imaginário, as redes não prescindem de fixos —que constituem suas bases técnicas— mesmo quando esses fixos são pontos. Assim as redes são estáveis, e ao mesmo tempo, dinâmicas. Fios e fluxos são intercorrentes, interdependentes. Ativas e não-passivas, as redes não têm em si seu princípio dinâmico, que é o movimento social. Esse movimento tanto inclui dinâmicas próximas locais, quanto dinâmicas distantes, universais, movidas pelas grandes organizações.

Para Torres-Ribeiro (2005: 416):

Existem elos (ir) relevantes entre cotidiano, lugar, indivíduo e pessoa. Através desses elos, tudo acontece e adquire sentido, permitindo a individuação e o pertencimento, e também nada importa ou tem significado, já que cada gesto pode ser envolto em

enredos da cotidianidade alienada e na indiferença. Essas ondulações da tessitura do social, inscritas no chão da historicidade, construído por influências institucionais, como esclarece Alain Touraine (1984), formam as condições espaço-temporais da ação social. É nessas condições que a sociabilidade pode ser alimentada ou destruída por uma atitude, um gesto, uma palavra, um sorriso, um olhar.

Pensar o contexto da vida cotidiana no Bairro da Paz a partir das famílias e suas redes, nos permite atentar para particularidades que atenuam ou acentuam as situações de vulnerabilidade e, ao mesmo tempo, perceber que toda forma de inclusão social comporta sua contraparte na exclusão. A formação da rede estabelece critérios de confiança que definem aqueles que estão “dentro” ao passo que delimita quem “fica de fora”. Como veremos mais adiante, pertencer a uma rede forte, exige corresponder aos seus critérios de pertencimento —ao menos em parte— ou tornar-se vítima da fofoca e da estigmatização interna.

Redes muito coesas —como tendem a ser as redes religiosas— podem apresentar o inconveniente de restringir a circulação de informações e benefícios, ao passo que “laços fracos” na rede podem abri-la para busca de mais parceiros e benefícios (Granovetter, 1973). Esta é uma característica apontada pela equipe de São Paulo acerca das redes evangélicas em Cidade Tiradentes. Se, por um lado, elas oferecem os pontos de apoio mais sólidos aos seus fiéis, por outro, parecem não atrair recursos de fora, sejam governamentais ou do terceiro setor (Almeida, 2006). Já no Bairro da Paz, embora redes religiosas como a católica da Pastoral da Criança, a do candomblé de mãe Zenaide e a evangélica do pastor Valmir apresentem laços fortes, permanecem com capacidade —ainda que reduzida quando comparadas a outras— para atrair recursos exógenos. No primeiro caso, isto se deve a própria fundamentação institucional da rede, que parte da presença sólida da Igreja Católica no bairro desde seus primórdios, quando apoiava o Movimento em Defesa dos Favelados nas ocupações de terra. No caso da igreja evangélica do pastor Valmir, esta se vale de suas ligações político-partidárias para obter recursos de fora que são redistribuídos no bairro. No caso de mãe Zenaide, sua história de liderança religiosa e a manutenção de uma creche no bairro a habilitaram à busca de recursos, sempre escassos. É importante notar que, em todos os casos mencionados, pode-se observar diferentes gradações de pertença à rede. Há os nós, as figuras centrais ao redor das quais se concentram tanto a captação quanto a redistribuição de recursos. Há aquelas pessoas imediatamente ligadas aos nós que, muitas vezes, combinam uma relação religiosa como uma de parentesco —especialmente no candomblé e na igreja evangélica— e há toda uma série de pessoas que vão sendo cada vez mais afastadas do centro da rede, até o ponto de serem apenas seus “clientes”, ou seja, receptores dos recursos redistribuídos.

Tal como na discussão acerca da pobreza e da exclusão social, a discussão sobre redes também exige atenção à diversidade de interações possíveis. Assim, há redes de parentesco, religiosas —as que têm sido apontadas como mais relevantes no contexto de vulnerabilidade— de vizinhança, políticas, etc. A seguir, apresentaremos uma breve história de três famílias do Bairro da Paz, procurando destacar suas relações com diversas redes e como isto influi num possível processo de desafiliação ou nas diferentes situações de vulnerabilidade.

QUEM SÃO, COMO VIVEM, QUAIS AS TRAJETÓRIAS E REDES SOCIAIS DE TRÊS FAMÍLIAS NO BAIRRO DA PAZ

A FAMÍLIA DE ÂNGELA

Ângela é uma mulher negra, de 33 anos, nascida em Salvador, com um período de residência no interior já na idade adulta. Reside há nove anos no Bairro da Paz, no “valão” da Área Verde, com seus dois filhos e o atual companheiro, Roberto, de 29 anos que não é pai de nenhum deles. O pai de Pedro, hoje com doze anos, desapareceu quando descobriu que a Ângela estava grávida. Ela continuou a viver com seus pais e irmãos que contribuíam para o sustento da criança. Alguns anos depois ela conheceu o pai de Joaílton Jr —hoje com nove anos— quando morava com sua família de origem em Santo Antônio de Jesus, no interior da Bahia. Ao contrário do primeiro companheiro, Joaílton, assumiu a criança e veio para Salvador em busca de melhores condições para sustentar a nova família, de início contando com o apoio de uma irmã de Ângela, e comprou um terreno no Bairro da Paz porque uma irmã dele, Marília, já morava ali. Joaílton construiu o primeiro e único cômodo¹⁸ da nova casa onde hoje residem Ângela e sua família. Ele faleceu atropelado antes que a família pudesse se estabelecer no local. Três meses depois, num momento de desorganização familiar —devido à morte de sua mãe— Ângela se mudou para o cômodo no Bairro da Paz. Com isto, ela passou a morar longe de seus familiares e a única pessoa próxima no novo bairro era sua ex-cunhada, irmã de Joaílton. Até hoje ela é a pessoa mais íntima de Ângela no bairro. Seus quatro filhos costumam freqüentar a casa e brincar com os de Ângela, ao passo que as duas costumam fazer certas tarefas juntas, como catar lenha para o fogo no matagal perto da sua casa, já que pagar gás é impossível para quem tem recursos limitados.

Ângela nasceu e cresceu em Itinga, um bairro popular na Região Metropolitana de Salvador, assim como seus irmãos. Quando ela tinha vinte anos,

¹⁸ Até hoje a casa consiste neste único cômodo e num pequeno depósito no lado de fora, não contando sequer com banheiro, embora tenha uma torneira com água e luz elétrica.

porém, grande parte da família se mudou para Santo Antônio de Jesus, onde residiu por cinco anos, até o falecimento da mãe. Depois disso, os irmãos se “espalharam por aí” e hoje Ângela mantém contato mais freqüente apenas com o pai, que voltou para Salvador, e com um dos irmãos que ainda vive em Itinga. A distância entre os três bairros —BP, Castelo Branco e Itinga— e falta de dinheiro para o transporte, entretanto, é um empecilho para que ela os visite com mais freqüência. Eles não costumam ir à casa dela, embora a ajudem financeiramente de vez em quando.

Roberto, o atual companheiro, não tem trabalho fixo, cata lixo reciclável para vender e faz bicos, mas “como ele é alcoólatra”, Ângela diz que gasta todo o dinheiro em “cachaça e cigarro”, não contribuindo significativamente com a manutenção doméstica no entender da companheira. Por outro lado, ele parece ser muito atencioso e carinhoso com ela e parecem ter uma relação bastante tranqüila. Atualmente Ângela tampouco tem trabalho fixo e, às vezes, cata latinhas com os filhos e sobrinhos para vender (este é um trabalho que eles fazem mesclado ao lazer, pois o fazem em locais de diversão popular). Outras vezes, ela consegue um bico, como uma faxina ou roupas para lavar, o que lhe rende alguns trocados. Seu maior medo é deixar os filhos pequenos sozinhos —pelo risco do mais velho se envolver com o tráfico de drogas, comentou— motivo pelo qual tem evitado a maioria dos trabalhos como doméstica que exigem que a pessoa passe o dia todo ou durma no emprego. Afirma ser esse o principal motivo para não conseguir um trabalho regular desde 2004.

Durante quase toda sua vida, os trabalhos que ela conseguiu foram como doméstica ou diarista, o que começou a fazer aos dez anos de idade. Conseguiu estudar até a sexta série do ensino fundamental, mas o trabalho a impediu de continuar. Hoje ela freqüenta as reuniões sócio-educativas do Centro de Referência em Ação Social¹⁹ —CRAS— onde por vezes recebe um “vale-vida” no valor de R\$25,00 mensais, que só poderia gastar na compra de alimentos na rede estadual Cesta do Povo. Como no Bairro da Paz não havia uma unidade desta, ela tinha que ir até o bairro vizinho, Mussurunga, para aproveitar o benefício, mas a rede de abastecimento está desativada por ter sido falida no final do governo carlista de César Borges em 2006. Ela também já tentou se inscrever

¹⁹ O Centro de Referência em Ação Social é mantido por um convênio entre Prefeituras Municipais e Governo Federal. O “vale vida” é um benefício criado por este centro para atenuar os limites de alcance do programa Bolsa Família e é destinado àquelas em situação de maior vulnerabilidade, detectada pelo acompanhamento de uma Assistente Social. Este Centro também oferece alguns tipos de assistência psicológica e orientação quanto à possibilidade de obtenção de recursos governamentais, como o bolsa-família e é um dos órgãos de cadastramento das famílias que receberão esses benefícios. Em toda Salvador há cerca de cinco destes Centros, contando o BP com um próprio.

no Bolsa Família e não sabe porquê até hoje não conseguiu o benefício. Talvez o fato de seus filhos ajudarem a catar sucata ou não freqüentarem a escola com a regularidade exigida —pois moram num barranco de difícil acesso quando chove, alega— estejam impedindo a família de conseguir obter a inscrição. Ângela diz não ser uma pessoa muito sociável e ter pouca paciência com provocações, o que lhe rende freqüentes conflitos com vizinhos. Sua inserção em redes de sociabilidade do bairro parece ser fraca. Ela tem apenas Maria —a ex-cunhada— como amiga próxima e não freqüenta qualquer grupo religioso. Quando vai à Assembléia de Deus perto de sua casa, ela não entra e assiste aos cultos pela janela, alegando que para “ser bom cristão, tem que ser cristão em tudo” e que isto não combina com seu temperamento explosivo. Assim, apesar da companhia das crianças, de Maria e de Roberto, vemos que ela não se insere em alguma rede social densa, ao contrário, poderíamos dizer que se encontra num processo de *desfiliação*, uma vez que ela manifesta um gradual afastamento de relações sociais que poderiam lhe oferecer maior segurança cotidiana, como a proximidade de parentes ou um grupo religioso, ou uma melhor inserção na esfera criada em torno da escola de seus filhos.

Ela afirma não gostar de residir no bairro e diz que só não sai de lá pela dificuldade financeira e pela escola de seus filhos. Em sua opinião o bairro é muito violento, limitando o trânsito e as opções de lazer dos moradores porque “quando tem uma festa, sempre acaba em briga e tiro”. A escola dos filhos, embora os mantenha no bairro, é também criticada pelas freqüentes paralisações de funcionários por salários ou falta de material. As creches da Fundação Dom Avelar (ligadas à rede da Igreja Católica) que seus filhos freqüentaram quando pequenos são mencionadas como a melhor coisa da região. Ângela não conhece outras instituições e organizações, como a do atuante Conselho de Moradores e com isto fica de fora de uma importante rede de circulação de informações e benefícios. Isto talvez seja agravado pelo fato de que ela reside na Área Verde, uma parte mais alta e isolada do bairro, distante da parte “central”, onde está a maior parte das organizações e dos serviços e considerada mais violenta do que o restante do bairro. Some-se a isto o fato de que esta área não conta com serviço de saneamento básico —o habitantes são obrigados a usar o “valão”, um esgoto a céu aberto que passa no fundo das casas e que transborda quando chove muito—²⁰ e podemos compreender parte da insatisfação de Ângela com o bairro.

²⁰ O que ocorreu em dezembro de 2006, forçando Ângela e sua família a se mudarem para Mus-surunga, do outro lado da Av. Paralela, pelo que descobrimos que Roberto tem um irmão lá que os recebeu.

A FAMÍLIA DE AMÉLIA

Amélia, mulher negra com 28 anos de idade, também reside na Área Verde do Bairro da Paz, em uma casa de dois cômodos com seus quatro filhos, dois meninos e duas meninas entre doze e quatro anos de idade. Desde a adolescência ela mantém uma relação conjugal com o mesmo companheiro, Marcos, embora o casal passe por crises constantes e, por este motivo, ele mantenha uma outra casa e família em outro bairro, nem sempre dormindo na casa do Bairro da Paz. Mesmo assim, Marcos é o principal provedor desta família. Ele não tem emprego formal, mas como é pedreiro encontra sempre trabalho, obtendo, em média, R\$300,00 por mês. A outra parte da renda familiar são os R\$95,00 que recebem do Programa Bolsa Família, já há três anos. Quando estão em situação de muito aperto, uma sobrinha de Marcos lhes empresta algum dinheiro. Outra pessoa que contribui com a família, mas com algum alimento e às vezes roupa para os meninos, é uma de suas irmãs de igreja, a quem retribui fazendo faxina na casa da mãe. A vizinha da esquerda, mais raramente, lhe empresta algum dinheiro (esta vizinha trabalha o dia todo e por vezes pede para a entrevistada olhar o filho ou fazer uma ou outra tarefa doméstica, como cozinhar). Seus familiares não ajudam financeiramente, pois Marcos não aceita ajuda da família da companheira. É interessante notar como, apesar das freqüentes brigas do casal e agressões do marido, o fato de que ele consegue manter certa estabilidade financeira e é muito trabalhador —diferente de boa parte dos homens do bairro— é bastante valorizado por Amélia, que não critica abertamente o marido.

Atualmente Amélia não trabalha fora. Tal como Ângela, começou seu percurso laboral aos dez anos, aproximadamente, quando o padrinho (e seu pai de criação) a mandou para a casa de uma conhecida para tomar conta de seu filho e fazer serviços domésticos. A partir daí, passou a trabalhar sempre como doméstica e a contribuir com a despesa da casa. Largou os estudos na 5ª série, devido ao trabalho. Afirma ter tido uma vida ativa de trabalho, mesmo quando já tinha filhos ou estava grávida, e o atual tem sido o maior intervalo de tempo no qual ficou parada. Seu último bico foi na casa da madrinha de Iasmim —a caçula— como cozinheira, mas deixou há mais ou menos um ano. Está à procura de trabalho nessa área, mas a dificuldade é arranjar um em que não precise ficar para dormir, pois tem os filhos para cuidar, sofrendo a mesma limitação que Ângela quanto ao emprego.

Amélia nasceu em Amargosa —interior do Estado da Bahia— onde sua família reside até hoje. Seu pai faleceu quando ela tinha cinco anos e sua mãe ficou sem condições de criar todos os filhos. Por isso a menina pediu para ir morar com seus padrinhos que se mudaram para o bairro de Nova Brasília, em Salvador, onde residem até hoje. Ela costuma visitá-los com freqüência e

chama os filhos dos padrinhos de irmãos. Aos quinze anos ela deixou a casa da família para ir morar com Marcos. A partir daí o casal —e os filhos que foram nascendo— mudou algumas vezes de bairro, morando sempre na mesma área, até que se mudaram para o Bairro da Paz há quatro anos. Pouco tempo depois o marido conseguiu comprar a casa em que moravam. Desde então a família reside no mesmo local, tendo construído um banheiro no quintal, embora a casa não tenha água na parte interna (apenas uma torneira também no quintal).

Neste período de residência no bairro Amélia diz que fez muitos “conhecidos”, mas conta como amigas somente duas pessoas: uma vizinha da mesma rua e, coincidentemente, uma ex-cunhada. Ela mantém uma relação ambígua com a vizinhança, se dá bem com todos, mas não conta muito com eles, dizendo que “ninguém faz nada de graça pra ninguém aqui nesse bairro”. Os favores são “trocados” ou simplesmente se paga pelo serviço, mesmo que uma quantia muito pequena, embora uma de suas irmãs de igreja ajude a família ocasionalmente. A escola das crianças é um ponto importante de sociabilidade para a mãe, que costuma acompanhá-los todos os dias e participa bastante das atividades escolares, ajudando as professoras quando há excursões e outras atividades que ela pode fazer. Também na creche freqüentada pela terceira filha, mantida pela Fundação Dom Avelar —uma das que contam com melhor infra-estrutura dentro da comunidade— Amélia é uma das mães que dá um dia de trabalho voluntário ao mês, auxiliando com serviços de limpeza, arrumação ou cuidado das crianças. Neste ponto, é interessante notar que, embora Ângela não participe ativamente da vida escolar de seus filhos, também para ela a escola dos filhos é o lado mais positivo do bairro e motivo para que ela não se mude. Talvez a existência desse equipamento público em um bairro tão desprovido de serviços seja um atrativo para famílias com crianças. Ter uma casa, ainda que precária, e não precisar viver “de favor” na casa de outros parentes, é outro fator, que mesmo não mencionado, sabemos quão importante é para estas famílias (Zaluar, 1985; Woortmann, 1987; Marcelin, 1999; Hita, 2004).

No caso de Amélia, há o mesmo medo quanto ao risco de envolvimento de seus filhos com o tráfico de drogas manifestado por Ângela, ainda mais porque ela é vizinha de uma boca de fumo e os consumidores ficam por lá durante todo o dia. Apesar disso, seu filho mais velho já goza de certa independência e quando ela tem algo rápido a tratar pela vizinhança, deixa-o tomando conta da casa.

Podemos observar que estas duas primeiras famílias apresentam algumas semelhanças, como a distância da rede de parentes e a fase do ciclo vital —a presença de filhos pequenos— que limitam suas oportunidades de obtenção de trabalho e renda e, ao mesmo tempo, apresentam diferenças importantes: Amélia freqüenta uma igreja evangélica que lhe proporciona certo apoio, ao passo que Ângela não tem este tipo de vínculo; a primeira tem uma relação conjugal

estável, com um companheiro provedor, embora talvez até mais conflituosa que a relação de Ângela com Roberto, é financeiramente menos precária; há ainda a relação com as escolas das crianças, que consistem num espaço importante de inserção para Amélia, ao passo que Ângela se encontra mais afastada destas instituições; A família da primeira é beneficiada pelo Bolsa Família, enquanto que a segunda não consegue obter o benefício.

A FAMÍLIA DE UÉSLEI

Neste caso temos uma família cuja estrutura é bem distinta das apresentadas anteriormente: trata-se de uma “família extensa”,²¹ composta por uma avó, dona Aurenita de 82 anos, seu filho Uéslei, de 62 anos, sua esposa Iracema, de 48 anos e seus dois filhos mais novos, Gabriel e Lázaro de 18 e 17 anos. Há ainda um bisneto, Pedro, de 1,5 ano, que não mora na casa, mas passa todo o dia com eles, pois sua mãe Mariana (a filha mais velha de dona Iracema com outro companheiro), que mora logo em frente, trabalha fora. A filha mais velha do casal, Marcela, reside com seu companheiro e uma filha pequena em outro bairro e só os visita quando há cerimônias no terreiro de candomblé de mãe Zenaide, ao qual pertence. Na verdade, toda a família tem ligações com o terreiro, embora Uéslei tenha sido ogã²² de outra casa, já extinta.

Dona Aurenita é aposentada e a família conta com sua pensão como uma das principais fontes de renda mensal, já que os dois filhos mais novos deixaram de receber a Bolsa Família por terem atingido a idade limite, apesar de ainda estarem estudando, quase completando o ensino médio. Hoje Uéslei e Iracema não trabalham, mas quando se conheceram, há mais de 20 anos, ele era caminhoneiro e ela era doméstica na casa de uma família no interior de Salvador, em Santo Estevão. Marcela, a filha, abandonou os estudos e teve que se mudar de bairro por ter se envolvido em um relacionamento amoroso com um rapaz do tráfico de drogas. Hoje quase todo o bando já foi exterminado e com isto a família voltou a ter tranquilidade, embora ainda fiquem bastante apreensivos toda a vez que a filha volta ao Bairro da Paz para as festas no terreiro. O orgulho da família é Mariana, a filha de Iracema que mora em frente. Ela estudou, completou o ensino médio, tem trabalho regular, um companheiro,

²¹ Nossa definição de família extensa é a que Klass Woortmann (1987) identifica como “família extensa doméstica”, isto é, vários parentes para além da unidade nuclear morando em um mesmo domicílio, por vezes com mais de duas gerações. Em contraste com a noção de rede de parentesco, esta tem a moradia por foco, enquanto que as redes de parentesco extrapolam a residência e mesmo fronteiras geográficas.

²² Homem iniciado no culto dos orixás que não incorpora um santo, mas é responsável por diversas tarefas, como tocar os atabaques nas cerimônias, o que é o caso de Uéslei.

neto da mãe-de-santo do terreiro em frente, e o filhinho Pedro, de quem os avós —Uéslei e Iracema— cuidam.

Um ponto de grande interesse nesta família é a distribuição de tarefas domésticas. O casal cuida de todos os afazeres da casa, da velha senhora (acamada devido a uma fratura no fêmur mal tratada) e do netinho com uma divisão de trabalho muito mais igualitária do que a observada em outros lares, onde muitos homens, mesmo que não trabalhem, não cuidam da casa. Não é este o caso de Uéslei e Iracema que costumam dividir tudo, até mesmo a narração de casos e histórias da família, quando um começa e o outro complementa o que é dito. Até mesmo os filhos mais jovens contribuem, cuidando de suas próprias coisas, não deixando trabalho para os adultos.

Outra diferença nesta família é que se trata de uma das primeiras a chegar ao Bairro da Paz. Dona Aurenita e o marido ergueram seu primeiro barraco no local em 1982, quando se iniciaram as ocupações. Por sua casa estar localizada mais distante da Av. Paralela escapou das derrubadas efetuadas pela polícia e se mantém até hoje no mesmo local. Uéslei na época já namorava Iracema e resolveu mudar-se para o Bairro da Paz para não deixar seus pais sozinhos, devido à alta violência no lugar, levando-a para morar na casa dos pais. As modificações na estrutura da casa acompanharam a evolução e distintos ciclos desta família ao longo do tempo, sendo ampliada aos poucos. Atualmente a casa conta com os dois primeiros cômodos e mais três, já em tijolo, porém sem acabamento nem piso —o chão é de terra batida. Tal como as residências das outras duas famílias, esta também fica numa ruazinha de terra, mas na parte mais antiga do bairro e bem próxima da área central, onde se concentram o comércio e maior número de serviços. O terreno também é mais plano nesta área e a rua mais larga, muito distinta das vielas íngremes da Área Verde.

Embora a situação da moradia não seja tão melhor que a das outras famílias, dispõe de muito mais espaço interno e a inserção social desta família no bairro é bem diferente: eles pertencem à rede do candomblé da mãe Zenaide (mãe-de-santo) onde Uéslei costuma tocar atabaques e sua filha Marcela é iniciada como filha-de-santo. Isto tem grande significação no cotidiano desta família. Por um lado, eles são alvo de constante vigilância por outros membros da rede e seu comportamento é sempre comentado e criticado nas rodas de fofoca pelo hábito do casal de consumir álcool, o que gera suspeitas a respeito de sua capacidade de cuidar do neto e da mãe idosa. Por outro lado, mesmo recebendo críticas, a família recebe apoio de várias formas, incluindo alimentos e, às vezes, medicamentos utilizados por dona Aurenita. A inserção desta família em uma rede antiga e coesa no bairro nos permite acompanhar uma dinâmi-

ca de relações sociais ao mesmo tempo hierárquicas²³ —na rede há distintas posições a serem ocupadas e a líder religiosa, mãe Zenaide, é a detentora da maior autoridade, tanto para ações quanto para falar e “cuidar” dos demais membros— e inclusivas.

Desta forma, além da notável união dos membros, podemos observar como esta família, em situação financeira tão precária, acaba por conseguir manter um dia-a-dia muito mais estável do que a família de Ângela, por exemplo. Na casa de Uéslei a geladeira (utensílio que Ângela sequer possui) está sempre cheia de alimentos e de muita carne no congelador quando há festas no terreiro e se torna necessário “ocupar” as geladeiras da rede. Com isto, queremos chamar a atenção para uma forma de inclusão que pode amenizar sua situação de vulnerabilidade: a inserção em uma rede religiosa que, ao passo que impõe seus critérios de pertença e expectativas de reciprocidade, também ampara e protege a família. Neste ponto, podemos contrapor a situação desta família com a de Amélia que, embora siga um padrão muito mais valorizado pela sociedade mais ampla —o de família nuclear com chefia masculina— e tenha um provedor relativamente estável, além da Bolsa Família que recebe, não apresenta o mesmo grau de coesão interna que a de Uéslei, expresso nos constantes conflitos entre Marcos e Amélia, o que ameaça a estabilidade do grupo doméstico até mesmo financeiramente, pois ele mantém duas residências.

APROXIMANDO E DISTANCIANDO AS TRÊS TRAJETÓRIAS FAMILIARES: UM POUCO MAIS SOBRE SUAS VIDAS COTIDIANAS E REDES

Estas distintas histórias nos permitem refletir sobre o papel das redes como ponto de apoio para indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade. É importante ter em mente que a rede social não opera como via de mão única —não corresponder “à altura” pelo que se recebe da rede pode gerar o risco de isolamento. Em outros termos, podemos dizer que é preciso não quebrar o fluxo da *Força Simbólica Circulante*²⁴ (Hita, 2004) com ações inadequadas ou modos anti-sociais para receber de volta o apoio da rede, ao invés de críticas e movimentos de afastamento. Das três famílias analisadas, podemos notar que a de Amélia pareceria ser aquela que se encontra menos vulnerável, no momen-

²³ É preciso distinguir hierarquia de Exclusão. Ainda que posições desiguais numa mesma rede possam levar a diversos tipos e graus de exclusão/ inclusão, na comparação com membros melhor posicionados, isto não leva necessariamente à Exclusão propriamente dita, pois a depender do nível de análise em questão, um mesmo indivíduo poderá estar incluído sob um aspecto e excluído sob outro.

²⁴ Trata-se aqui de uma aplicação da noção de *mana* explorada por Marcel Mauss à análise de famílias extensas em bairros populares e suas redes sociais.

to, ainda que do ponto de vista afetivo ela parece bastante menos estável, por exemplo, que a de Uéslei e dona Iracema, devido aos conflitos com o marido e pouca adaptação no bairro, mas tem uma rede de relações e inserção menos densa que aqueles, e estão vivenciando uma fase do ciclo de vida mais complicada para as famílias, por terem filhos pequenos, todos dependentes do casal. Entretanto, Amélia mantém boas relações de vizinhança —com constante troca de favores— e também pertence a um grupo religioso batista. Sua atuação corresponde, em grande medida, às expectativas do senso comum sobre o que seria uma “mãe dedicada” e boa dona de casa, e com isto, embora tenha menos tempo de residência no bairro, ela mostra estar se inserindo gradualmente e com sucesso em redes que poderão lhe favorecer, como a da escola dos filhos e a religiosa.

A família de Uéslei é um caso paradigmático, pois se encontra em uma fase do ciclo vital mais avançada, com filhos adultos e independentes, pelo que recebe também destes parentes um significativo apoio em troca do cuidado com seus filhos, a quem eles continuam criando, o que contrapõe em certa medida a falta de recursos por um trabalho mais estável de qualquer um de seus membros atualmente. A divisão de tarefas (e circulação de recursos) da sua rede de parentesco (e de santo) mais extensa extrapola as fronteiras apenas da sua casa, abarcando uma configuração de outras casas com as quais se mantêm trocas intensas (de informação, alimentos, recursos diversos), localizadas na mesma rua e em outros bairros. Outro elemento que se destaca neste grupo familiar é o ambiente de harmonia, paz e clima de felicidade generalizado observado entre seus distintos membros, mostrando estarem satisfeitos com o que têm e como vivem, e com redes de relações bastante solidificadas, recebendo seus filhos, netos e visitantes a qualquer hora do dia (mesmo de madrugada após festas do terreiro), com os quais manifestam grande hospitalidade e muita vontade de conversar (inclusive a idosa dona Aurenita), sempre oferecendo um prato de comida, bebida, frutas e mudas de plantas medicinais do seu pátio à equipe ou outros visitantes que chegavam na sua sala nas distintas visitas realizadas.

A família de Ângela, das três estudadas, é aquela que está no momento em uma situação de maior vulnerabilidade social, o que é também corroborado por seus sentimentos de isolamento e inconformidade com sua situação de vida atual. Como Amélia, é em uma ex-cunhada que ela encontra algum apóio, mas a falta de trabalho regular sua e do atual companheiro, e do acesso a benefícios estatais (conta apenas e temporariamente com um “vale vida” oferecido pelo CRAS), assim como o não estar vinculada a nenhum grupo religioso no momento, evidenciam sua vulnerabilidade social, que fica claramente expressa em frases do tipo: “Quando tenho algum problema sério mesmo, sento na pedra

do quintal e fico só comigo e com meu cigarrinho” e na mudança forçada da família para outro bairro.

Se as redes sociais operam no circuito simbólico da dádiva, como analisado por Mauss e retomado pelos autores Alain Caillé (2002) e Jacques Godbout (1999), notamos que é preciso estar simbolicamente “à altura” da dádiva para participar dos benefícios da rede, em especial quando se está ligado a uma lógica como a dos terreiros de candomblé ou famílias extensas matriarcais (Hita, 2004). Assim, não apenas o espaço físico e simbólico do bairro é perpassado por valorizações, mas a própria posição das unidades familiares umas frente às outras oferece uma percepção do “lugar” que cada um ocupa — e que está constantemente sendo negociado pelos atores sociais — no seio das suas respectivas redes e frente à população do bairro em geral. O mesmo acontece quando a unidade de análise é a casa e as diferentes posições são exercidas por seus distintos membros. Entre estas famílias do próprio BP, podemos perceber como existem vários “lugares” muito diferentes para serem ocupados e que estes variam ao longo do tempo e circunstâncias da vida de cada um de seus atores. O maior tempo de residência e maior densidade de redes (no caso da família de Uéslei) são fatores que mostram a complexidade na interação e confluência de distintos fatores de vulnerabilidade e proteção, atuando simultaneamente. No caso específico deste grupo familiar, o maior tempo de moradia no bairro parece estar associado a uma maior consolidação das suas redes de vizinhança, parentesco e religiosa, conferindo-lhes maior proteção do que as outras duas famílias. Do ponto de vista estritamente de inserção no mercado de trabalho a família que pareceria mais protegida é a de Amélia — cujo marido provedor está sempre trabalhando —, mas se ampliamos o foco para os demais recursos obtidos por outros canais, como a boa inserção em redes sociais, benefícios de aposentadoria, filhos já criados, percebemos que ela não se encontra tão protegida.

A relação em bairros populares que se estabelece entre a fofoca, o uso de álcool e ajuda mútua, como no caso analisado da família de Uéslei é bem complexa e instigante. O mesmo ponto apareceu também na família de Ângela, já que seu companheiro e sua melhor amiga também “tomam suas cachaças”. É preciso observar que a inserção de Ângela em redes sociais do bairro é frágil, mais ainda quando comparada a das outras famílias. Se, por um lado, há uma tendência geral a estigmatizar esta proximidade com o álcool, por outro lado, nas minúcias do cotidiano, isto é bem mais tolerado, não gerando necessariamente, isolamento e falta de apoio. É bem conhecido o papel que exerce a fofoca na construção das identidades comunitárias, tanto excluindo *outsiders* pela fofoca-atribuição de culpa (Gluckman, 1963), quanto cimentando relações pela fofoca-elogio (Elias, 2000). As comunidades podem ser vistas como redes

de indivíduos que agem em prol de seus interesses próprios e utilizam a fofoca e a gestão de informações ou para causar boa impressão ou para competir com seus rivais de outras maneiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se nos mantivéssemos numa perspectiva exclusivamente estruturalista, apesar de compreender as relações destas famílias com o mercado de trabalho e as privações econômicas por que passam, perderíamos de vista toda uma série de fatores que é de grande importância na manutenção de seu cotidiano. Como vimos, e desde um olhar fenomenológico sobre as histórias das três famílias relatadas, há toda uma série de dimensões que deve ser considerada —e em seu aspecto processual— para que possamos compreender quais elementos configuram uma dada situação de vulnerabilidade. Como vimos, o ciclo de vida da família —mãe jovens com filhos pequenos, filhos já criados ou família com idosos— representa possibilidades e dificuldades muito distintas. Também a relação da família com pessoas ou comportamentos estigmatizados pode alterar sua situação. Neste caso, vimos como o pertencimento às redes sociais locais são elementos de grande importância e, mais ainda, como é que se destacam as redes religiosas na atenuação de situações de vulnerabilidade.

Embora neste artigo tenhamos priorizado a análise do eixo das famílias e suas redes, nos permitimos expor também alguns resultados mais gerais e também parciais de outros eixos de análise desta pesquisa em Salvador e nas outras cidades. No caso específico do Bairro da Paz a rede constituída pela Igreja Católica —que envolve várias formas de ação, como a manutenção de cinco creches no bairro— é uma das mais densas e “ricas”, no sentido de captar recursos de fora e redistribuí-los no local, mesmo para aquelas famílias que não pertencem ao grupo religioso. Para aqueles que professam a religião católica, esta rede oferece, além de recursos materiais, a possibilidade de inserção em diversos cargos e/ou associações e a ascensão a um papel de liderança na área devido ao seu precoce envolvimento com a população do Bairro da Paz desde as primeiras invasões. A rede do candomblé de mãe Zenaide, da qual faz parte a família de Uéslei, também tem uma longa história no bairro e também apresenta forte coesão interna. Como vimos, esta rede propicia uma ampla circulação tanto de recursos, quanto de valorações e pessoas —que vão se inserindo nas atividades religiosas. Mais ainda, mãe Zenaide logrou tornar-se uma liderança local cuja atuação vai muito além da religião. O terreiro mantém uma creche e, sempre que possível, redistribui os recursos obtidos para a sua rede de vizinhança e não somente para a religiosa. É importante destacar ainda sua atuação na esfera política e como mãe de santo, que circula por outras redes, tanto do bairro quanto municipais

e estaduais —ela está sempre presente em encontros, independente do grupo religioso que o promova, à exceção dos evangélicos, e participa ativamente em discussões e na busca de melhorias para a população do bairro. Com isto, ela consegue angariar benefícios que vão além da restrita esfera local. Mais do que um nó de rede, ela seria, no dizer de Fontes (2004) um “relê”: um cruzamento através do qual se conectam várias redes, mesmo que face às redes da Igreja Católica, ela apareça numa posição de menor força.

Dessa forma, a família de Uéslei encontra-se em uma situação de vulnerabilidade relativamente menor do que outras, apesar de manter uma pessoa idosa e enferma, já ter netos e manter proximidade com o uso de álcool, o que lhes rende muitas críticas. Ainda assim, a família continua inserida e amparada, além de contar com filhos já adultos —ou quase— que colaboram para esta atenuação. Como já apontamos, a fase do ciclo vital da família é importante, além de sua antiguidade no bairro.

Se focalizarmos seus membros individuais, podemos observar ainda que, como salientaram Almeida & D’Andrea (2004; Almeida, 2006), “A família é um ator que atua como uma rede de proteção”. Em nossos anos de estudo em contextos de pobreza em Salvador, observamos que redes familiares operam mais como formas de proteção para situações de vulnerabilidade social do que, propriamente, como potencializadoras de mobilidade social ascendente, ainda que isto também ocorra em casos específicos. Se, por um lado, elas protegem, elas também, muitas vezes, operam como limitadoras de oportunidades: conflitos de interesse e geracionais são claros exemplos deste tipo de tensões. Uma maior vulnerabilidade pode ser notada no caso das famílias mais jovens, com filhos pequenos. Embora a família “proteja” seus membros, o cuidado com crianças pequenas impede muitas mães, ainda jovens, de trabalhar fora com regularidade e de melhorar as condições financeiras dos seus lares. Neste caso, a presença de um companheiro provedor ganha importância, como revela a diferença entre as famílias de Amélia e de Ângela, muito embora as relações pessoais entre os cônjuges possam ser mais conflituosas no caso da primeira do que da segunda. Portanto, proteção para os indivíduos não se traduz, necessariamente, em um cotidiano harmônico, tampouco em melhores oportunidades de ascensão para as gerações mais jovens.

Tomamos as famílias como unidades de análise para, através das relações dos indivíduos com seu entorno, captar o fluxo de interações em suas respectivas redes sociais. Algo similar fazemos com o estudo de diferentes grupos religiosos, dos quais não nos ocupamos neste artigo. A residência surge, pois, como um local privilegiado para a observação das relações cotidianas e dos seus vínculos sociais. As relações com a parentela, por exemplo, são de extrema importância na compreensão da vulnerabilidade desses atores. Como vimos, um

grupo familiar pode estar concentrado num mesmo bairro —caso da família de Uéslei—ou disperso por locais distantes —caso de Ângela— aumentando ou dificultando as possibilidades de apoio, troca de favores, ajuda financeira, etc. Portanto, embora o espaço constitua uma importante dimensão de compartilhamento de códigos, este não se restringe a um lugar, sendo imprescindível avaliar o alcance das redes sociais das quais os atores —indivíduos, famílias ou redes— participam também do ponto de vista de sua extensão espacial e deslocamentos exigidos. As redes se exprimem num determinado território espacial, mas também o ultrapassam.

Outro elemento relevante é como a instabilidade da moradia pode agravar situações de vulnerabilidade. Neste sentido, as famílias mais antigas no bairro, que já obtiveram alguma forma de regularização da posse do imóvel encontram-se em situação mais favorável do que aquelas que se mudaram mais recentemente. Contudo, é preciso observar que não se trata apenas de “escapar do aluguel” e deter um local para morar. A maior antiguidade no Bairro da Paz pode significar também que a residência encontra-se num local mais valorizado e atendido por serviços e equipamentos públicos. Mais uma vez, a família de Uéslei encontra-se em melhor situação do que as outras duas, uma vez que estas residem na Área Verde, distante geograficamente do comércio, do posto de saúde, das escolas do bairro e, pior ainda, mais próxima do tráfico de drogas e da violência, sendo por isso estigmatizada entre a própria população do BP.

É preciso observar, porém, que a densidade de redes —e sua capacidade de atrair recursos— não é indiferente à posição geográfica e às relações dos bairros populares com outros de classe média e alta. Ou seja, não é indiferente ao “lugar” que o bairro ocupa na “cidade”. Como exemplo podemos citar o Bairro da Paz com sua vizinhança rica de Piatã e o emergente Alpha-Ville. Esta proximidade favorece diversas ações que vão desde a filantropia da vizinhança rica, à atração de ONG’s e relações das lideranças com grupos políticos que direcionam políticas públicas favoráveis a estes bairros. Além disso, a proximidade com bairros de classe média e alta consiste numa importante fonte de renda para os mais pobres, uma vez que demandam mão-de-obra para sua própria manutenção, contratando domésticas, porteiros, jardineiros, babás, etc.

Todavia, não é possível focalizar apenas as minúcias do cotidiano e deixar de fora da análise elementos mais “estruturais” constituintes das relações sociais no tecido urbano. Essas redes vinculam indivíduos e famílias a instituições privadas, filantrópicas e governamentais que alteram o panorama da vida no bairro. A enorme densidade de redes associativas presentes em bairros populares como o estudado revela ambigüidades das novas formas de ação social do “terceiro setor” (e com muitas parcerias estatais no caso brasileiro), na medida em que tais redes, ao mesmo tempo que incluem —oferecendo serviços que

o Estado nem sempre oferece adequadamente— produzem novas formas de exclusão que vão desde as que se referem a fidelidades religiosas até a relações clientelísticas na distribuição de benefícios pelos líderes comunitários. Embora redes de origens distintas —parentela, religião, associação comunitária, etc.— tenham diferentes circuitos de reciprocidade, o que se pode observar é que as pessoas que ascendem à liderança são exatamente aquelas que tem uma circulação mais ampla por diferentes redes, como é o caso já mencionado de mãe Zenaide e o de um pastor evangélico Valmir. No Bairro da Paz, há ainda outro ator de grande importância política, cujos membros apresentam semelhante capacidade de circulação e de atração de recursos, projetos e benefícios: o Conselho de Moradores, que tem sido especialmente ativo nesta comunidade. Em seu cotidiano, as diversas lideranças são obrigadas a negociar alianças e conflitos, procurando direcionar as divisões internas do bairro. No Bairro da Paz também há um número enorme de iniciativas custeadas com recursos governamentais dos três níveis e/ou da iniciativa privada; são fundações, ong's e projetos do governo atuando em diversas áreas concomitantemente. Seus recursos muitas vezes competem com os das redes locais, mas em muitas outras são por elas abarcados, passando a circular no seu interior. Isto pode acarretar uma apropriação clientelística de tais benefícios operando por vezes como uma nova clivagem de exclusão. Enfim, acreditamos ter conseguido iluminar com este artigo a importância de se considerar os diversos níveis que se entrelaçam na questão da constituição e análise da vulnerabilidade social no espaço urbano, nos seus diversos níveis de análise, tipologias e graus tais como políticas públicas, atores locais, instituições privadas e públicas e, sobretudo, sua forma cotidiana de manifestação.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Ronaldo (2006). Relatório de andamento do estudo etnográfico do projeto “Desenvolvimento regional e desigualdades sócio-produtivas: tendências recentes, redefinições conceituais e desdobramentos em termos de políticas públicas” do convênio CEBRAP/IPEA/Finep. [Encaminhado à Finep —versão restrita].
- Almeida, Ronaldo e D'Andrea Tiarajú (2004). “Pobreza e redes Sociais em uma favela Paulistana”, em *Cadernos de Novos Estudos CEBRAP*, N° 68, 68-106.
- Bourdieu, Pierre (2001). “O conhecimento pelo corpo”, em *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Burdick, John (1998). *Procurando Deus no Brasil: A igreja católica progressista no Brasil na arena das religiões urbanas brasileiras*. Rio de Janeiro: Mauad.

- Cabral, João Pina e Antónia Pedroso De Lima (2005). “Como fazer uma história de família: Um exercício de contextualização social”. Campinas: Unicamp (mimeo). [Versão preliminar produzida para ser distribuída na cadeira “Antropologia da família” da Unicamp].
- Caillé, Alain (2002). *Antropologia do Dom: o terceiro paradigma*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Carvalho, Mônica de (2000). “Cidade Global: anotações críticas sobre um conceito”, em *São Paulo em Perspectiva*, Vol. 14, N° 4, out-dez.
- Castel, Robert (1997). *La metamorfosis de la cuestión social. Una crónica del salariado*. Buenos Aires/Barcelona/México: Paidós.
- Castro, Nadya A. (1998). “Trabalho e desigualdades raciais: hipóteses desafiantes e realidades por interpretar”, em Castro e Barreto (orgs.), *Trabalho e desigualdades raciais. negros e brancos no mercado de trabalho de Salvador*. São Paulo: Annablume.
- Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) (2004). Projeto de Pesquisa “Desenvolvimento regional e desigualdades sócio-produtivas: tendências recentes, redefinições conceituais e desdobramentos em termos de políticas públicas”. Proposta de convênio IPEA/CEBRAP/FINEP. São Paulo: CEBRAP.
- Duhau, Emílio (2005). “As novas formas da divisão social do espaço nas metrópoles latino-americanas: uma visão comparativa a partir da cidade do México”, em *Caderno CRH*, Vol. 18, N° 45, set-dez. [Dossiê: Urbanidade Contemporânea].
- Elias, Norbert e John L. Scotson (2000). *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Ferreira, João Sette W. (2000). “Globalização e urbanização subdesenvolvida”, em *São Paulo em Perspectiva*, Vol. 14, N° 4, out-dez.
- Fontes, Breno (2004). “Sobre trajetórias de sociabilidade: a idéia redes de saúde comunitária”, em *Redes sociais e saúde: Nova perspectiva de análise*. Recife: Universitária da UFPE.
- Gluckman, Max (1963). “Gossip and Scandal”, em *Current Anthropology*, Vol. 4, N° 3, 307-316.
- Godbout, Jaques T. (1999). *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Gohn, Maria Gloria (2000). *Os sem terra, Ongs e cidadania*, 2 ed. São Paulo: Cortez.
- Gordilho, Ângela (2000). *Limites do Habitar: Segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX*. Salvador: Edufba.

- Guimarães, Antônio S.; Michel Agier e Nadya A. Castro (1995). *Imagens e identidades do trabalho*. São Paulo: Hucitec.
- Granovetter, Mark (1973). “The Strength of Weak Ties”, em *American Journal of Sociology*, Vol. 78, N° 6, 1360-1380.
- Hita, Maria Gabriela (2004). *A casa das mães sem terreiro: etnografia familiar matriarcal em bairro popular negro da cidade de Salvador*. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp.
- Ivo, Anete Brito (2005). “Latin America’s Climate During The 1990s: Weak, Unstable Growth, Highly Dependent On International Cash Flows”, em Alberto Cimadamore et ál. *The Poverty of the State: Re-considering the Role of the State in the Struggle Against Global Poverty*. Buenos Aires: CLACSO.
- Ivo, Anete Brito e Ilse Scherer-Warren (2004). “Pobreza, dádiva e cidadania”, em *Cadernos CRH*. UFBA, Vol. 17, N° 40, jan-abr., 11-16 [Dossiê: Pobreza, Justiça e Dádiva].
- Kaztman, Ruben e Carlos Filgueira (1999). “Marco conceptual sobre activos, vulnerabilidad y estructuras de oportunidades”, em *Documento de la Comisión Económica para América Latina y Caribe*. Montevideo: CEPAL.
- Kowarick, Lúcio (2002). “Viver em risco: Sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano”, em *Revista Novos Estudos*, N° 63, jul.
- Lavalle, Adrián e Graziella Castello (2004a). “Associativismo Religioso e Inclusão Socioeconômica”, em *Revista Novos Estudos*, N° 68, mar.
- _____ (2004b). “As benesses deste mundo: associativismo religioso e inclusão socioeconômica”, em *Cadernos de Novos Estudos CEBRAP*, N° 68, março, 73-93.
- Lavinas, Lena (2008). “Pobreza urbana no Brasil: *trade-off* entre investimentos sociais e transferências de renda”, em *Procesos de urbanización de la pobreza y nuevas formas de exclusión social. Los retos de las políticas sociales de las ciudades latinoamericanas del siglo XXI*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, CLACSO.
- Leite, Márcia Pereira (2006). “Pobreza y exclusión en las favelas de Río de Janeiro”, em *Procesos de urbanización de la pobreza y nuevas formas de exclusión social. Los retos de las políticas sociales de las ciudades latinoamericanas del siglo XXI*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, CLACSO.
- Lezama, José Luis (2002) [1993]. *Teoría social, espacio y ciudad*. México: El Colegio de México, Centro de Estudios Demográficos y de Desarrollo Urbano.
- Marcelin, Louis HERN (1996). *A invenção da família Afro-Americana: família, parentesco e domesticidade entre os negros do recôncavo da Bahia, Brasil*. Tese doutorado em Antropologia Social. Rio de Janeiro: Museu Nacional.
- Maricato, Ermínia (2002). “Urbanismo na Periferia do Mundo Globalizado: metrôpoles brasileiras”, em *São Paulo em Perspectiva*, Vol. 14, N° 4, out-dez.

- Martins, Paulo Henrique (2004). “As redes sociais, o sistema da dádiva e o paradoxo sociológico”, em *Cadernos CRH*. UFBA, Vol. 17, N° 40, jan-abr., 33-48 [Dossiê: Pobreza, Justiça e Dádiva].
- Melucci, Alberoni (1994). “Movimentos sociais, inovação cultural e o papel do conhecimento”, em *Novos estudos CEBRAP*.
- Mitchel, J. C. (1969). “The Concept and Use of Social Networks”, en J. C. Mitchel (ed.), *Social Networks in Urban Situation*. Manchester: Manchester University Press.
- Moreira de Carvalho, Inaiá Maria; Ângela Gordilho-Souza e Gilberto Corso Pereira (2004). “Polarização e segregação socioespacial em uma metrópole periférica”, em *Caderno CRH*, Vol. 17, N° 41, mai-ago, 281-297.
- Pierson, Donald (1971) [1942]. *Pretos e brancos na Bahia*. São Paulo: Nacional.
- Santos, Milton (2006). *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Edusp.
- Schteingart, Martha y Emilio Duhau (1997). “Gobernabilidad y pobreza a nivel local en México, Colombia y Centroamérica”, en *Ciudades y gobernabilidad en América Latina*. Santiago de Chile: Sur.
- Teixeira, Elenaldo (2001). *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo: Cortez.
- Torres-Ribeiro, Ana Cláudia (2005). “Sociabilidade hoje: lectura da experiência urbana”, em *Caderno CRH*, Vol. 18, N° 45, set-dez [Dossiê: Urbanidade Contemporânea].
- Valladares, Licia (2000). “A gênese da favela carioca: a produção anterior às Ciências Sociais”, em *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 15, N° 44, out, 5-31.
- Woortmann, Klass (1987). *A família das mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/CNPQ.
- Zaluar, Alba (1985). *A máquina e a revolta*. São Paulo: Brasiliense.